



PORTARIA Nº 6579, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.

Delega competência ao servidor que especifica.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Delega competência ao servidor FÁBIO SOARES, cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, Matrícula nº 19070, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, com a prerrogativa de realizar todos os atos necessários concernentes ao cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO, que são: auxiliar o Secretário Municipal na realização de suas tarefas; apresentar relatórios mensais e/ou periódicos de suas atividades, propondo soluções para eventuais problemas; orientar seus subordinados na execução de suas tarefas; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato; executar tarefas de maior complexidade relacionadas com sua área de atuação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/11/2015.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 20 de Setembro de 2015.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal



PORTARIA Nº 6580, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.

Faz exoneração que especifica.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar GERCINO GERALDO DOS SANTOS, matrícula 439939, ocupante do cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 20 de Novembro de 2015.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal



EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Fazenda torna pública a **Homologação** do Processo Licitatório n.º 074/2015 – Modalidade: Pregão Presencial n.º 033/2015 – Tipo: Menor Preço Por Item - Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, em prol da empresa CIRÚRGICA PINHEIRO LTDA – Valor: R\$ 177.799,00 (cento e setenta e sete reais setecentos e noventa e nove reais). Data: 17 de Novembro de 2015, Secretário da Fazenda Anderson Pires.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 126/2015

Processo Licitatório n.º 074/2015 – Modalidade: Pregão Presencial n.º 033/2015 – Tipo: Menor Preço Por Item – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** – Contratante: **Prefeitura Municipal de Monte Carmelo** – CNPJ: 18.593.103/0001-78. – Contratada: **Cirúrgica Pinheiro Ltda** – CNPJ: 65.237.851/0001-06 – Ata de registro de Preço n.º 126/2015 – Valor: R\$ 177.799,00 (cento e setenta e sete reais setecentos e noventa e nove reais) – Prazo: Inicia-se da assinatura e vigorará pelo período de 12 (doze) meses – Dotações Orçamentárias: 10.36.00.10.301.4005.2.0305.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo – Ficha 42, 10.36.00.10.301.4005.2.0313.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo – Ficha 66, 10.36.00.10.302.4005.2.0319.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo – Ficha 95. Data: 17 de Novembro de 2015, Anderson Pires, Secretário Municipal da Fazenda.



EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Fazenda torna pública a **Homologação** do Processo Licitatório n.º 074/2015 – Modalidade: Pregão Presencial n.º 033/2015 – Tipo: Menor Preço Por Item - Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, em prol da empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA – Valor: R\$ 2.137.951,80 (dois milhões cento e trinta e sete mil novecentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos). Data: 17 de Novembro de 2015, Secretário da Fazenda Anderson Pires.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 127/2015

Processo Licitatório n.º 074/2015 – Modalidade: Pregão Presencial n.º 033/2015 – Tipo: Menor Preço Por Item – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** – Contratante: **Prefeitura Municipal de Monte Carmelo** – CNPJ: 18.593.103/0001-78. – Contratada: **Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda** – CNPJ: 67.729.178/0002-20 – Ata de registro de Preço n.º 127/2015 – Valor: R\$ 2.137.951,80 (dois milhões cento e trinta e sete mil novecentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos) – Prazo: Inicia-se da assinatura e vigorará pelo período de 12 (doze) meses – Dotações Orçamentárias: 10.36.00.10.301.4005.2.0305.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo – Ficha 42, 10.36.00.10.301.4005.2.0313.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo – Ficha 66, 10.36.00.10.302.4005.2.0319.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo – Ficha 95. Data: 17 de Novembro de 2015, Anderson Pires, Secretário Municipal da Fazenda.



AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos convida os interessados a participarem da formação da nova Comissão de Avaliação e Desempenho para se inscreverem até o dia 1 de dezembro de 2015. Lembrando que a escolha dos membros se dará por meio de votação, com a participação de todos os servidores desta secretaria. Para se inscrever, procure o Juniel. Qualquer dúvida, favor entrar em contato com a secretaria.

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: PATRÍCIA MATIAS DIOGO](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 317](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)

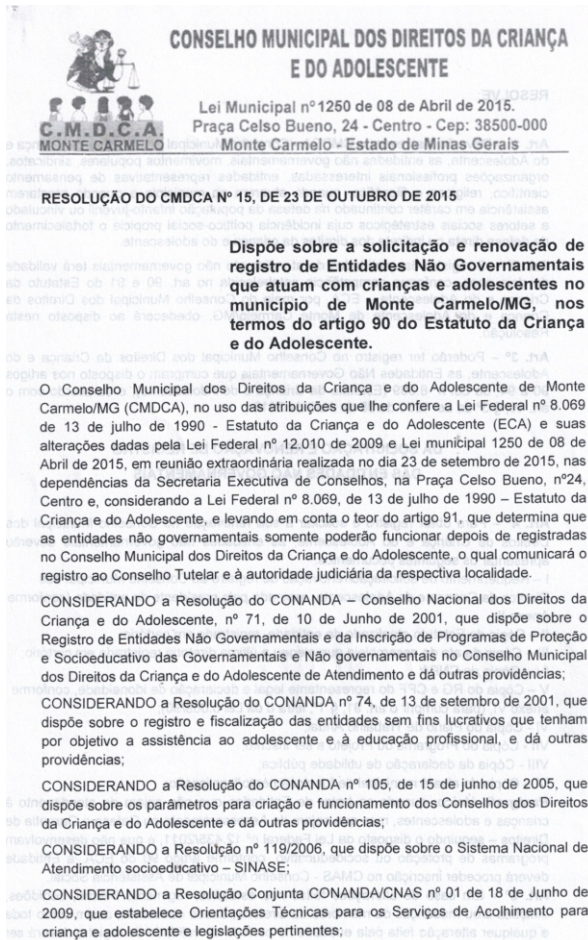


Órgão Oficial do Município

Dia 26 de Novembro de 2015
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano IX

Nº 962



RESOLVE:

Art. 1º – Deverão inscrever no CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, as entidades não governamentais, movimentos populares, sindicatos, organizações profissionais interessadas, entidades representativas de pensamento científico, religioso e filosófico, quando atuarem no município e quando prestarem assistência em caráter continuado na defesa da população infanto-juvenil ou vinculado a setores sociais estratégicos cuja incidência político-social propicie o fortalecimento da defesa direta ou indireta dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2º – O registro das entidades de atendimento não governamentais terá validade de dois anos, conforme competência estabelecida no art. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG, obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Art. 3º – Poderão ter registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, as Entidades Não Governamentais que cumpram o disposto nos artigos 90 a 94, da Lei nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e de acordo com o art. 10, § 3º da Lei 1250 de 08 de Abril de 2015.

DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 4º – Para obter registro e solicitar a sua renovação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, as entidades não governamentais deverão apresentar os seguintes documentos:

- I – Requerimento de solicitação/renovação de registro ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assinado pelo presidente da entidade (conforme Anexo I);
- II – Cópia do Estatuto atualizado da entidade, registrado em cartório;
- III – Cópia da ata da assembleia que elegeu a última diretoria registrada em cartório;
- IV – Cópia do CNPJ;
- V – Cópia do RG e CPF do representante legal e declaração de idoneidade, conforme anexo VI, (para cumprir o art. 91, § 1º, letra d da Lei 8.069/90);
- VI – Cópia do Plano de Trabalho Anual;
- VII – Cópia do Programa ou Projeto a ser inscrito;
- VIII – Cópia da declaração de utilidade pública;
- IX – Cópia do alvará municipal de funcionamento/localização;

Parágrafo Único: quando se tratar de Entidades que não sejam de atendimento à crianças e adolescentes, mas que sejam de Assessoramento ou Defesa e Garantia de Direitos – seguindo o disposto da Lei Federal nº 12.435/2011, e que não desenvolvam programas de proteção ou socioeducativo, conforme artigo 90 do ECA, a Entidade deverá proceder inscrição no CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 5º – Em caso de alterações feitas nos estatutos, regimento interno, certidões, eleições e/ou mudanças de membros da diretoria, dados cadastrais, assim como toda e qualquer alteração feita pela entidade no período de validade do registro deverá ser informada oficialmente ao CMDCA de Monte Carmelo/MG;

Art. 6º – Nos casos de documentos faltantes, a entidade não governamental deverá protocolar justificativa na Secretaria Executiva do CMDCA e terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar os documentos ao CMDCA;

I – No caso de indeferimento do registro caberá à entidade o pedido de recurso num prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação no Diário Oficial do município.

II – Em caso de renovação do registro a entidade não governamental deverá encaminhar os documentos no prazo de até 90 (noventa) dias antes do vencimento deste.

DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DE REGISTRO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 7º – O registro poderá ser suspenso ou cancelado pelo CMDCA a qualquer tempo, em caso de descumprimento ou infração de qualquer disposição desta Resolução, bem como descumprir os artigos 91, 92, 93 e 94 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e as alterações dadas pela Lei 12.010 de 2009, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Único: Quando houver a decisão de indeferir ou cancelar o registro, a Entidade que se sentir prejudicado poderá recorrer da decisão.

Art. 8º – O prazo recursal será de 05 (cinco) dias, contados a partir da ciência da decisão, mediante documentação do CMDCA.

Art. 9º – A Comissão Específica terá o prazo máximo de 05 dias para a análise e apresentação das informações ao CMDCA;

Art. 10º – No período em que o recurso estiver em tramitação, a Entidade não será prejudicada, sendo, se for o caso, prorrogado o prazo do registro ou inscrição com objetivo de dar continuidade e garantir a execução dos serviços;

Art. 11º – Em caso de indeferimento do recurso referente ao registro ou inscrição, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente oficializará ao Ministério Público, Vara da Infância e Conselho Tutelar sobre a decisão, bem como a Secretaria Municipal a que pertence o respectivo programa governamental e publicará em diário oficial, por meio de ato Deliberativo, a decisão da plenária.

Parágrafo único: As entidades não governamentais estão sujeitas às penalidades conforme Art. 97 da Lei 8.069/1990.

Art. 12º – Os processos de que trata esta deliberação deverão ser protocolados junto à Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Praça Celso Bueno, nº 24, Centro, em Monte Carmelo/MG.

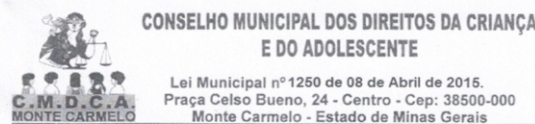
Art. 13º – Os casos omissos deverão ser apresentados e discutidos em reunião ordinária ou extraordinária do CMDCA.

Art. 14º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

Monte Carmelo/MG, 23 de Outubro de 2015.

Zélia Alves da Silva

Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE CARMELO Nº 16, DE 25 DE OUTUBRO DE 2015

Estabelece a abertura do prazo para inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para entidades não governamental, movimento populares, sindicatos, organizações profissionais interessadas, entidades representativa de pensamento científico, religioso e filosófico que queiram ser membros do CMDCA na gestão 2016-2018.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA), Lei municipal 1250 de 08 de Abril de 2015, em reunião extraordinária realizada no dia 23 de setembro de 2015, nas dependências da Secretaria Executiva de Conselhos, na Praça Celso Bueno, nº24, Centro e, considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e levando em conta o teor do artigo 91, que determina que as entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

CONSIDERANDO a Resolução do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nº 71, de 10 de Junho de 2001, que dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Socioeducativo das Governamentais e Não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução do CONANDA nº 74, de 13 de setembro de 2001, que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, que dispõe sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01 de 18 de Junho de 2009, que estabelece Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para criança e adolescente e legislações pertinentes;

